**AMBIENTES DE APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES AUTODETERMINADAS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.**

**Antonia Regina Ribeiro Leal**

**Annie Gomes Redig**

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED - UERJ**

**Rio de Janeiro, RJ**

**RESUMO**

O processo de transição para a vida independente das pessoas com deficiência intelectual (D.I) e com o transtorno do espectro autista (TEA) pode ser comprometido na medida em que, ambientes de aprendizagem sobre ações autodeterminadas, não se estabelecem em seus percursos formativos. O presente artigo tem por objetivo analisar uma etapa do curso de autodeterminação, organizado como proposta para o desenvolvimento de ações autodeterminadas do sujeito com DI e/ou TEA, a partir de experiências vivenciadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa utilizou como pressuposto metodológico, a pesquisa-ação, âmbito da abordagem qualitativa. Os resultados analisados tiveram como foco a etapa da apresentação dos alunos cujo objetivo foi promover um espaço para reflexão sobre desenvolvimento dos conceitos de autoconsciência/autoconhecimento, autoeficácia, autodefesa e autorregulação considerados elementos importantes para a construção de ações autodeterminadas.

**Palavras Chave:** Deficiência intelectual; Autismo; autodeterminação, ambientes de aprendizagem.

**I - INTRODUÇÃO**

O processo de transição para a vida independente da pessoa com deficiência intelectual (D.I) e da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA) pressupõe o desenvolvimento de conhecimentos e posicionamentos importantes que promovam a cidadania, o protagonismo, a qualidade de vida e ações que estejam intrinsecamente pautadas na concepção da Educação Inclusiva e nas garantias dos Direitos Humanos.

Neste sentido, o desenvolvimento de domínios que compreendem o comportamento autodeterminado e o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos associados à autodeterminação no percurso formativo das pessoas com deficiências, é um desafio que as instituições educacionais têm que considerar neste processo de transição para a vida independente, “tendo em vista que os alunos precisam de apoio para aprender a praticar estas habilidades de forma integrada se quiserem levar uma vida autodeterminada” (Shogren *et al.,* 2019, p.3).

 Quando a instituição educacional se propõe a fazer parte deste processo podemos inferir que o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação de uma pessoa com DI e/ou TEA é ampliado.

Quando os alunos “recebem instruções explícitas sobre habilidades associadas à autodeterminação e oportunidades para praticar e usar essas habilidades, os alunos são capacitados a usar ações autodeterminadas e atingir metas que estabelecem para si mesmos, alcançando melhores resultados acadêmicos e socioemocionais (Shogren et al., 2019, p.6).

Sobre o conceito de autodeterminação, Wehmeyer (1995, p.7) considera que

um ato ou evento é autodeterminado se as ações do indivíduo refletem quatro características essenciais: (1) o indivíduo age de forma autônoma; (2) os comportamentos são autorregulados; (3) a pessoa inicia e responde ao(s) evento(s) de maneira “psicologicamente capacitada” e (4) a pessoa age de maneira autorrealizadora.

Este estudo tem o objetivo de analisar como a reflexão sobre ações autodeterminadas, em ambientes de aprendizagem, auxilia o aluno com D.I e/ou TEA no processo de transição para a vida independente.

**II - METODOLOGIA**

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, sendo assim, segue uma abordagem qualitativa. Esta pesquisa teve como pressuposto metodológico a pesquisa-ação. Segundo David Tripp (2005, p.446), por meio desta metodologia é possível cumprir um ciclo de quatro ações importantes como planejar, implementar, descrever e avaliar “uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”.

Para a realização desta pesquisa foi proposto um curso de autodeterminação[[1]](#footnote-1) para pessoas a partir dos 15 anos de idade com D.I e/ou pessoas com TEA, que aconteceu no período de 26 de setembro a 05 de dezembro. O curso de autodeterminação teve como proposta contribuir para o desenvolvimento de ações autodeterminadas do sujeito com DI e/ou TEA, a partir de experiências vivenciadas na Universidade do Estado do Rio do Janeiro (UERJ). Os critérios estabelecidos para a participação dos alunos no curso de autodeterminação foram os critérios da deficiência, especificamente a D.I e/ou TEA e o critério da idade, tendo em vista que os participantes deveriam ter a idade a partir de 15 anos de idade.

O curso foi divulgado nas redes sociais na página do Instagram do Café Inclusivo cujo perfil é administrado pelo Grupo de Pesquisa em Inclusão Educacional e Social (GIPES/UERJ). As inscrições foram abertas no período de 08 a 15 de setembro de 2023, por meio do formulário online no *google forms*.

O processo de inscrição encerrou com o total de 12 pessoas inscritas: oito delas iniciaram o curso, mas apenas sete finalizaram o curso de autodeterminação, sendo três pessoas com TEA, três pessoas com DI e uma com comorbidade entre as duas deficiências.

O curso foi realizado às terças feiras, no horário de 14h30 às 16h na Faculdade de Educação da UERJ. Teve 10 encontros com a duração de 1h30min cada com 10 minutos de intervalo em cada encontro.

Sobre a metodologia do curso, os alunos participaram de encontros dialógicos, no qual eram apresentadas situações problema para que, a partir delas, conseguissem vivenciar os conceitos das ações de autodeterminação e avaliar como aplicar estes conceitos em sua vida cotidiana. Numa relação dialógica, os alunos tiveram a oportunidade aprender sobre conceitos de autoeficácia, autodefesa, autoconhecimento, escolha e tomada de decisões, resolução de problemas, autorregulação, elaboração de objetivos de acordo com metas pessoais. Os participantes receberam apoio e ideias tanto das pessoas que conduziram o curso, quanto dos colegas, de modo que o próprio grupo se tornou co-regulador no processo de autodeterminação.

O curso teve como proposta final a construção de um plano de ação de desenvolvimento de ações autodeterminadas elaborado a partir das escolhas conscientes e intencionais do sujeito participante com vistas a melhoria da qualidade de vida.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados a serem analisados neste estudo terá como foco a etapa da apresentação dos alunos. Esta etapa teve o objetivo de promover um espaço para a reflexão sobre o desenvolvimento dos conceitos de autoconsciência/autoconhecimento, autoeficácia, autodefesa e autorregulação considerados elementos importantes para a construção de ações autodeterminadas. Estes quatro conceitos serão os eixos norteadores para analisar se o curso favoreceu a reflexão e aprendizagem de ações autodeterminadas.

Segundo documento *online[[2]](#footnote-2)* elaborado pelo *I’m determined*, o autoconhecimento, a autoeficácia, a autodefesa e autorregulação fazem parte de um grupo de 11 elementos importantes para aumentar as habilidades de autodeterminação. Sobre estes termos, podemos entender que:

A autoconsciência é a compreensão básica dos próprios pontos fortes, necessidades, a autoeficácia é a crença na própria capacidade de ter sucesso em situações específicas ou realizar tarefas específicas. A autodefesa, como as habilidades necessárias para falar e/ou defender uma causa ou uma pessoa, no caso, aqui a sua própria causa e; a autorregulação é a capacidade de monitorar e controlar os próprios comportamentos, ações e habilidades em diversas situações.

Esta pesquisa tem como cenário dois pressupostos teóricos importantes: O primeiro pressuposto é a escuta respeitosa e atenta sobre o modo de ver, ouvir e se expressar do sujeito com deficiência, o que pressupõe a valorização da voz do sujeito participante. Segundo Glat e Antunes (2012, p.9) “existem várias possibilidades de se conhecer uma realidade, dentre as quais ouvir o relato dos sujeitos que a vivenciam, ou vivenciaram, se constitui em um dos meios mais ricos”.

O segundo pressuposto é a visão do aluno como um sujeito de possibilidade, não visto pelo estigma de sua deficiência, que segundo Omotte (2004, p.287) seria a “marca social de descrédito e de inferioridade das pessoas que pertencem a alguma categoria de desvio, e cumpre a função de controle social para a manutenção da vida coletiva”.

O envolvimento do sujeito em seu processo de ação para a vida independente é o primeiro passo do reconhecimento de suas possibilidades. Segundo Redig (2024, p.5) isto é fundamental tendo em vista que a vida do aluno está comprometida neste processo. Assim, é importante que o aluno seja “o centro do planejamento e é ele quem comandará todo o processo com a mediação de profissionais que auxiliarão nessa caminhada”.

Na etapa da apresentação foi exposto quatro slides norteadores com as seguintes perguntas: 1) Nome e onde estuda. 2) O que você gosta de fazer? 3) O que você sabe fazer muito bem? 4) Qual área você precisa de ajuda? Ou o que faz você sentir-se bem? As perguntas serviram como roteiro condutor para a reflexão e melhor compreensão dos conceitos de autoconsciência/autoconhecimento, autoeficácia, autodefesa e autorregulação como elementos de ações autodeterminadas.

A partir da análise das expressões comuns ou sobre o que há de distintivo em relação às falas dos alunos, foi possível perceber que a dinâmica de apresentação deste ambiente de aprendizagem favoreceu um debate para reflexão dos quatro conceitos importantes do desenvolvimento das ações autodeterminadas.

O curso fez a proposição de uma apresentação que pudesse trazer à tona a nomeação de falas e expressões concernentes aos conceitos importantes no desenvolvimento de ações de autodeterminação e assim, os alunos foram se reconhecendo como sujeitos autodeterminados, pois a maioria já desenvolvia ações correspondentes a estes elementos seja em menor ou maior grau. Uma vez nomeadas e entendidas como ações importantes, os alunos foram desafiados a encontrar outros recursos que pudessem ampliar cada um destes conceitos em seu cotidiano.

**Considerações finais**

Este estudo justifica-se pela necessidade de investigar o quanto os ambientes de aprendizagem contribuem para o desenvolvimento de ações autodeterminadas no processo de transição para a vida independente da pessoa com D.I e da pessoa com TEA.

Concluímos que, a exposição da pequena parte deste estudo aponta para os resultados positivos quando há um ambiente de aprendizagem que possa refletir sobre ações autodeterminadas, por meio de uma relação dialógica. Neste sentido, entendemos que ambientes de aprendizagem têm o potencial para apoiar o aluno com D.I e TEA em seu processo de transição para a vida independente.

**REFERÊNCIAS**

Glat, R.;Antunes, K. C. V. (2012). *Pesquisa em educação especial: reflexões sobre sujeitos, ética e metodologia*. In: Taquette, S. R.; Caldas, C. P. (Orgs.). Ética e pesquisa com populações vulneráveis. Rio de Janeiro: Eduerj, pp. 267-292. Disponível em: <<https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/04/GLAT_E_ANTUNESCapdelivro_2012.pdf> >. Acesso em 05 abr.2024.

Omote, Sadao. *Estigma no tempo da inclusão*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 10, n. 3, 2004, p. 287-308. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22798>>. Acesso em 07 fev.2024.

Redig, A.G.(2024) *Documento norteador para implementação do Plano Individualizado de Transição – PIT: primeiros passos*. Ed. Atena. Disponível em: <<https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/documento-norteador-para-implementacao-do-plano-individualizado-de-transicao-pit-primeiros-passos>>. Acesso em 06 abr.2024.

Shogren, K. A., Raley, S. K., Burke, K. M., & Wehmeyer, M. L. (2019). *The Self-Determined Learning Model of Instruction Teacher’s Guide*. Lawrence, KS: Kansas University Center on Developmental Disabilities.Disponível em: <<https://selfdetermination.ku.edu/wp-content/uploads/2019/05/Teachers-Guide-2019-Updated-Logos.pdf>>. Acesso em 08 jan.2024.

Tripp, D. (2005). *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.* Educação e Pesquisa*,* São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 03 fev.2024.

Wehmeyer, ML. (1995). *The Arc’s Self-Determination Scale: Procedural Guidelines*. Disponível em: <<https://thearc.org/wp-content/uploads/forchapters/SD%20Scale%20Procedural%20Guidelines.pdf>>. Acesso em 07 nov.2023.

1. Apesar de ser nomenclaturado como curso e, algumas vezes usarmos o termo habilidades, entendemos que, autodeterminação, como já apontado por Wehmeyer (1998, 2005) não se trata de um conjunto de comportamentos a serem aprendidos como algo externo ao sujeito. [↑](#footnote-ref-1)
2. How Self-Determined Are You? A Toolbox of Resources to Help Build Self-Determination Skills <https://www.imdetermined.org/wp-content/uploads/2018/06/toolbox_for_self-determination_2.pdf>. Acesso em 03 set. 2023. [↑](#footnote-ref-2)